

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS – CDHM

REQUERIMENTO Nº DE 12 DE JULHO DE 2016

Solicita a realização de audiência pública para, em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista, realizar o lançamento de livro sobre o planejamento, licenciamento e implantação de hidrelétricas na bacia do Tapajós

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta respeitável Comissão, a realização de audiência pública, em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista, para o lançamento do livro intitulado **Ocekadi: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós**, co-editado pelo Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e pela International Rivers – Brasil, na data provável de 31 de agosto de 2016, passível de reagendamento.

Propomos que sejam convidados para o evento:

- Autores de capítulos chave do referido livro;
- Reitora da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa);
- Representantes do povo indígena Munduruku e da comunidade ribeirinha Montanha e Mangabal;
- Representante do Ministério Público Federal - MPF;
- Exmo. Sr. Ministro do Meio Ambiente; e
- Exma. Sra. Secretaria Especial dos Direitos Humanos

JUSTIFICATIVA

O livro **Ocekadi¹: hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós** aborda aspectos fundamentais do planejamento, licenciamento e implantação de hidrelétricas na bacia do Tapajós, atual foco de expansão do setor elétrico na região amazônica. Reunindo trabalhos de pesquisadores vinculados a diferentes instituições do Brasil e do exterior, agentes do poder público, de organizações não governamentais e de movimentos sociais, o livro tem o objetivo de oferecer

¹ *Ocekadi*, termo da língua munduruku, pode ser traduzido como “o nosso rio” ou “o rio do nosso lugar”.

subsídios para o aprofundamento do debate público acerca do conjunto de hidrelétricas e outros grandes empreendimentos planejados, em construção ou já implementados na bacia do Tapajós.

Em particular, são abordadas questões relativas a conflitos socioambientais relacionados ao atual modelo de planejamento e implantação de hidrelétricas na Amazônia que tem demonstrado incompatibilidades com outras políticas públicas, especialmente a legislação brasileira e acordos internacionais, dos quais o Brasil é parte, que tratam dos direitos humanos e da responsabilidade socioambiental.

O lançamento desta publicação inédita representa uma importante oportunidade para esta comissão, com conjunto com a Frente Parlamentar Ambientalista, realizar um debate público sobre um tema da maior relevância: a compatibilidade do planejamento e implementação de grandes obras de infraestrutura com o marco legal sobre os direitos humanos e a responsabilidade socioambiental.

Sala das Comissões, 12 de julho de 2016

**Deputado Federal Nilto Tatto
(PT/SP)**